

SUBSECRETARIA DE GESTAO ADMINISTRATIVA

Estudo Técnico Preliminar 74/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23000.025963/2026-69

2. Objeto

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço continuado de fornecimento e aplicação de vacinas quadrivalentes contra o vírus da gripe (Influenza), no âmbito do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF, em regime de empreitada por preço unitário.

3. Descrição da necessidade

A presente contratação decorre da necessidade de implementação de ações institucionais voltadas à promoção da saúde, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida no ambiente laboral do Ministério da Educação – MEC, contemplando aproximadamente 3.000 (três mil) servidores e colaboradores da ativa, compreendidos servidores públicos ativos, estagiários, empregados terceirizados vinculados a contratos administrativos vigentes e consultores em exercício no órgão.

O ambiente institucional do MEC caracteriza-se pela elevada circulação diária de pessoas em espaços compartilhados, climatizados e de uso coletivo, circunstância que favorece a disseminação de doenças respiratórias transmissíveis, especialmente a influenza (gripe), enfermidade infecciosa aguda causada pelo vírus Influenza e transmitida principalmente por gotículas respiratórias expelidas durante tosse, espirros ou fala, bem como pelo contato com superfícies contaminadas.

A influenza apresenta elevada capacidade de propagação em ambientes coletivos, podendo ocasionar surtos sazonais, afastamentos laborais, redução da capacidade operacional das equipes e agravamentos clínicos, sobretudo em pessoas com fatores de risco e comorbidades. Nesse contexto, a vacinação anual constitui a medida preventiva mais eficaz e segura para redução dos riscos de adoecimento, complicações, internações e disseminação viral, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Ministério da Saúde.

Adicionalmente, a imunização da força de trabalho contribui diretamente para a redução do absenteísmo decorrente de licenças médicas e afastamentos relacionados a doenças respiratórias, favorecendo a continuidade das atividades administrativas e a manutenção da regularidade e eficiência dos serviços prestados pelo Ministério da Educação à sociedade.

Importa destacar que o ambiente de trabalho do MEC é compartilhado por profissionais com diferentes vínculos funcionais, incluindo servidores efetivos, terceirizados e consultores, os quais interagem diariamente em atividades integradas e interdependentes. Assim, a adoção de medidas preventivas de saúde coletiva mostra-se necessária para assegurar proteção ampla e adequada a todos os profissionais que atuam presencialmente nas dependências do órgão.

A vacina quadrivalente contra influenza apresenta proteção ampliada contra dois subtipos do vírus Influenza A e dois subtipos do vírus Influenza B, proporcionando maior cobertura imunológica e redução da gravidade dos casos. As cepas virais são atualizadas anualmente conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS para o hemisfério sul e aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de fornecimento e aplicação de vacinas quadrivalentes contra o vírus da gripe mostra-se necessária e alinhada ao interesse público, na medida em que contribui para a preservação da saúde da força de trabalho do MEC, para a redução dos impactos decorrentes da circulação sazonal do vírus Influenza e para a promoção de ambiente de trabalho mais seguro, saudável e eficiente.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subsecretaria de Gestão Administrativa	Jussara Cardoso Silva Freitas

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Especificações Técnicas do Objeto e Condições de Execução da Campanha de Vacinação

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de fornecimento e aplicação (gesto vacinal) de até 3.000 (três mil) doses de vacina antigripal quadrivalente, em suspensão injetável, contra Influenza – CEPAS 2026 HEMISFÉRIO SUL, destinada aos servidores e colaboradores da ativa do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF, em conformidade com as orientações e exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a Instrução Normativa ANVISA nº 440, de 7 de maio de 2026.

- Em razão da natureza continuada da contratação, as vacinas a serem fornecidas e aplicadas deverão atender, anualmente, às composições, cepas, especificações técnicas, requisitos sanitários, regras de rotulagem e demais critérios definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA para o respectivo exercício de imunização, conforme regulamentação vigente à época da execução contratual.
- Para o exercício de 2026, as vacinas deverão observar as disposições da Instrução Normativa ANVISA nº 440, de 7 de maio de 2026, devendo conter, obrigatoriamente, cepas similares aos seguintes vírus:
 - I – Influenza A/Missouri/11/2025 (H1N1)pdm09;
 - II – Influenza A/Singapore/GP20238/2024 (H3N2);
 - III – Influenza B/Austria/1359417/2021 (linhagem Victoria); e
 - IV – Influenza B/Phuket/3073/2013 (linhagem Yamagata).
- Para vacinas não baseadas em ovos, obtidas por cultura celular, proteínas recombinantes ou baseadas em ácidos nucleicos, a cepa do vírus A (H1N1)pdm09 deverá ser similar ao A/Missouri/11/2025, a cepa A (H3N2) deverá ser similar ao vírus A/Sydney /1359/2024, e a cepa B/linhagem Victoria deverá ser similar ao vírus B/Austria/1359417/2021.
- As vacinas influenza deverão conter em sua rotulagem a identificação “CEPAS 2026 HEMISFÉRIO SUL”.

Quanto à apresentação da vacina, deverão ser observadas as seguintes características:

- I – solução injetável;
- II – monodose;
- III – seringa preenchida, montada e de uso individual;
- IV – volume de 0,5 ml de suspensão;
- V – adequada para aplicação intramuscular ou subcutânea; e
- VI – apropriada para uso adulto.

As vacinas deverão possuir registro válido junto ao órgão competente, estar acondicionadas em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, bem como ser transportadas, armazenadas e conservadas conforme orientações do fabricante e normas técnicas expedidas pelos órgãos sanitários competentes.

As vacinas deverão estar dentro do prazo de validade no momento da aplicação.

A aplicação das vacinas deverá ser realizada por profissionais legalmente habilitados, devidamente identificados, uniformizados e utilizando os equipamentos de proteção individual necessários à adequada execução do serviço.

A aplicação das vacinas deverá ocorrer prioritariamente nas dependências do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF, em formato de campanha institucional, em locais, datas e horários previamente definidos pela Administração em cronograma específico.

- A vacinação estará condicionada à apresentação de identificação funcional, crachá institucional ou outro documento válido de identificação, com registro nominal das doses aplicadas.

O público-alvo apto a receber a vacinação compreenderá:

- I – servidores e empregados públicos ativos no órgão;
- II – estagiários em exercício no órgão; empregados terceirizados vinculados a contratos administrativos vigentes;
- III – consultores em exercício no âmbito do Ministério da Educação;

IV – empregados terceirizados vinculados a contratos administrativos vigentes; e

V – outros colaboradores e públicos definidos pela gestão do contrato, observada a disponibilidade de doses e o interesse da Administração.

Será de responsabilidade da contratada:

- a) a aplicação das vacinas por profissionais habilitados;
- b) o fornecimento de todos os materiais e insumos necessários à aplicação;
- c) o armazenamento, acondicionamento e transporte adequado dos imunizantes;
- d) o descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados;
- e) o fornecimento de comprovante individual de vacinação; e
- f) o controle e registro nominal das doses aplicadas, para fins de comprovação, conferência e acompanhamento da campanha vacinal.

A contratada deverá garantir capacidade operacional compatível com a execução da campanha de vacinação dentro do cronograma estabelecido pela Administração.

A aplicação das doses ocorrerá mediante adesão voluntária dos interessados pertencentes ao público-alvo definido pela Administração.

Quanto à Documentação

Nas hipóteses de aplicação das vacinas fora do endereço constante da licença sanitária da contratada, deverá ser apresentada autorização da vigilância sanitária competente, atestando e aprovando as condições de transporte, armazenamento e conservação das vacinas.

A contratada deverá apresentar, previamente ao início da campanha de vacinação:

- I – Termo de Responsabilidade Técnica perante a autoridade sanitária competente, devidamente assinado pelo responsável técnico do estabelecimento;
- II – relação nominal da equipe de profissionais encarregados da execução dos serviços de imunização, acompanhada dos respectivos comprovantes de registro profissional; e
- III – licença sanitária válida emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária, comprovando autorização específica para atuação no ramo de fornecimento e aplicação de vacinas.

Preposto

O Contratado deverá designar formalmente preposto antes do início da prestação dos serviços, indicando, por escrito, os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, bem como disponibilizando canais de contato para comunicação com a fiscalização administrativa e técnica do contrato.

O preposto será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, pela adoção das providências necessárias ao adequado cumprimento das obrigações assumidas e pela interlocução permanente com a Administração, inclusive para tratar de questões operacionais relacionadas ao cronograma de vacinação, substituição de profissionais, controle de insumos, atendimento às normas sanitárias e cumprimento das diretrizes expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado, mediante especificações usuais e amplamente praticadas por empresas do ramo, não demandando soluções técnicas singulares, inovação tecnológica relevante ou execução predominantemente intelectual de alta complexidade. Dessa forma, trata-se de contratação padronizada, com características e requisitos técnicos passíveis de definição objetiva no Termo de Referência, permitindo a adequada comparação entre propostas e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que sua execução se destina ao atendimento de necessidade administrativa permanente e contínua da Administração, cuja interrupção pode comprometer a regularidade das atividades institucionais, a continuidade dos serviços públicos e o adequado funcionamento das unidades atendidas.

A adoção de vigência plurianual mostra-se mais vantajosa para a Administração, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que a continuidade contratual proporciona maior estabilidade operacional, preserva o conhecimento técnico e os fluxos executivos já estabelecidos, reduz custos administrativos relacionados à realização recorrente de novos procedimentos licitatórios e favorece a obtenção de condições econômicas mais vantajosas, em razão da previsibilidade contratual e do ganho de escala decorrente da execução continuada do objeto.

Destaca-se, ainda, que, por se tratar de fornecimento e aplicação de vacinas, a contratada deverá observar, anualmente, as diretrizes, atualizações sanitárias e normativas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente quanto à

composição das vacinas, armazenamento, transporte, rastreabilidade, condições de conservação, aplicação e demais requisitos técnicos e sanitários aplicáveis ao objeto contratado.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstradas, a cada exercício, a vantajosidade da manutenção contratual, a existência de disponibilidade orçamentária e a permanência da necessidade administrativa que fundamenta a contratação.

A possibilidade de prorrogação justifica-se em razão da natureza continuada do objeto, voltado à realização periódica e anual de campanhas de vacinação, bem como da necessidade de observância contínua das diretrizes sanitárias e atualizações normativas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente quanto à composição das vacinas disponibilizadas em cada ciclo anual de imunização.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas pela contratada as disposições relativas ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos oriundos da prestação dos serviços de vacinação, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental aplicável, especialmente a Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e a RDC nº 222, de 28 de março de 2018, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Os resíduos de serviços de saúde devem ser acondicionados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 7.500:2018, NBR 12807:2013, NBR 12808:2016, NBR 12809:2013, NBR 13853-1:2018 e NBR 9191:2008.

Os resíduos de serviços de saúde devem ser armazenados atendendo às exigências legais referentes ao meio ambiente, à saúde e à limpeza urbana, e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR12235:1992, NBR 12809:2013, NBR 12810:2016. 4.1.4 A coleta e o transporte de resíduos de serviços de saúde devem atender às exigências legais e às normas da ABNT – NBR12.810:2016 e NBR14652:2013.

As estações para transferência de resíduos de serviços de saúde devem estar licenciadas pelo órgão ambiental competente e manter as características originais de acondicionamento, sendo vedada a abertura, rompimento ou transferência do conteúdo de uma embalagem para outra;

Os resíduos de serviços de saúde deverão receber destinação ambientalmente adequada, sendo vedado qualquer procedimento de reutilização, reaproveitamento ou descarte em desacordo com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

A contratada deverá observar, anualmente, as atualizações normativas e sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA relativas à composição, armazenamento, transporte, conservação e aplicação das vacinas utilizadas nas campanhas de imunização objeto da contratação. A destinação ambiental dos resíduos de saúde deve observar a Lei nº 12.305/10, legislação e normas ambientais incidentes.

Os resíduos pertencentes ao Grupo A do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, não podem ser reciclados, reutilizados ou reaproveitados, inclusive para alimentação animal.

De acordo com o art. 46 da RDC nº 222/20108 da ANVISA as culturas e os estoques de microrganismos; os resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os de medicamentos hemoderivados; os meios de cultura e os instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; e os resíduos de laboratórios de manipulação genética devem ser tratados utilizando processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de inativação microbiana (RSS do Grupo A – Subgrupo A1).

As culturas e os estoques de microrganismos, bem como os meios de cultura e os instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas contendo microrganismos das classes de risco 1 e 2 podem ser tratados fora da unidade geradora, desde que este tratamento ocorra nas dependências do serviço de saúde e os das classes de risco 3 e 4 devem ser tratados na unidade geradora. Estes RSS devem ser acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento e após o tratamento, os rejeitos devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Os resíduos pertencentes ao Grupo A1 do Anexo I da Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, devem ser submetidos a processo de tratamento que promova redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e devem ser - Lembramos que as exigências de adequado gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde também incidem na contratação de Organizações Cíveis de Saúde (OCS) e Profissionais de Saúde Autônomos (PSA) pelas Forças Armadas. Assim, cabe inserir as disposições pertinentes nos editais de credenciamento lançados para tal fim.

As sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos podem ser descartadas diretamente no sistema de coleta de esgotos, desde que atendam respectivamente as regras estabelecidas pelos órgãos ambientais e pelos serviços de saneamento competentes e caso o tratamento venha a ser realizado fora da unidade geradora ou do serviço, estes RSS devem ser acondicionados

em saco vermelho e transportados em recipiente rígido, impermeável, resistente à punctura, ruptura, vazamento, com tampa provida de controle de fechamento e identificado (art. 49 da RCD nº 222/2018).

As seringas e agulhas, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de doadores e de pacientes, e os demais materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico ou radiológico não necessitam de tratamento prévio à disposição final ambientalmente adequada. É permitida a separação do conjunto seringa agulha com auxílio de dispositivos de segurança, sendo vedada a desconexão e o reencape manual de agulhas

A RDC nº 222/2018 da ANVISA (artigos 90 e 91) estabelece medidas de segurança ocupacional para os serviços que geram RSS. Os serviços devem garantir que os trabalhadores sejam avaliados periodicamente, seguindo a legislação específica, em relação à saúde ocupacional, mantendo registros desta avaliação, bem como manter um programa de educação continuada para os trabalhadores e todos os envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos, mesmo os que atuam temporariamente, que contemple os temas que indica.

Indicação de marcas ou modelos

Não haverá indicação

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que as atividades objeto da contratação possuem natureza padronizada e rotineira, podendo ser executadas mediante as informações do Gestor/Fiscal do contrato.

Ademais, os serviços de vacinação serão realizados em ambiente institucional de fácil acesso, sem peculiaridades estruturais ou operacionais que demandem conhecimento prévio específico por parte das licitantes para formulação de suas propostas, não havendo risco de comprometimento da execução contratual em razão da ausência de vistoria técnica.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões

Instrumento de Medição de Resultados – IMR

A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, observará os critérios de desempenho e qualidade relacionados à adequada execução da campanha de vacinação, especialmente quanto ao quantitativo de doses efetivamente aplicadas, cumprimento dos prazos estabelecidos e observância das condições técnicas e sanitárias previstas no contrato e no Termo de Referência.

Serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

- Quantitativo de vacinas efetivamente aplicadas;
- Cumprimento do cronograma de vacinação definido na reunião inicial de alinhamento;
- Observância dos padrões técnicos e sanitários aplicáveis à execução dos serviços;
- Disponibilidade da equipe, insumos e estrutura necessários à adequada realização da campanha.

Para fins de aferição do desempenho contratual:

- A aplicação integral das vacinas dentro do prazo estipulado corresponderá ao pagamento de 100% (cem por cento) do valor faturado pela contratada;
- A aplicação das vacinas com atraso de até 5 (cinco) dias em relação ao cronograma estabelecido, em menos de 90% (noventa por cento) das unidades previstas, acarretará glosa correspondente a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do valor global do contrato;
- A aplicação das vacinas com atraso de até 10 (dez) dias em relação ao cronograma estabelecido, em menos de 90% (noventa por cento) das unidades previstas, acarretará glosa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato;
- A aplicação das vacinas com atraso superior a 10 (dez) dias em relação ao cronograma estabelecido, em menos de 90% (noventa por cento) das unidades previstas, caracterizará hipótese de inexecução parcial do objeto contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Nos termos do item 1 do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, poderá ser promovida retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas contratualmente, caso seja constatado que a contratada:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- Deixou de utilizar os materiais, insumos, equipamentos ou recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou os utilizou em quantidade ou qualidade inferior à demandada;

- Descumpriu normas técnicas, sanitárias ou orientações expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais autoridades competentes.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Qualificação Técnica

Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade;

Qualificação Técnico-Operacional

Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento e a aplicação de vacinas similares ao objeto da contratação, comprovando-se no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total a ser fornecido
- Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

6. Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade institucional de imunização contra o vírus Influenza no âmbito do Ministério da Educação.

Para tanto, foram analisadas soluções adotadas por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, bem como as práticas atualmente disponíveis no mercado especializado de vacinação corporativa, sendo identificadas as seguintes alternativas:

I – Vacinação realizada diretamente pela Administração

Consistiria na aquisição direta dos imunizantes pelo MEC e na execução da vacinação por equipe própria.

A alternativa mostrou-se inviável, uma vez que o Ministério da Educação não dispõe de unidade de saúde própria, estrutura física adequada para armazenamento de imunobiológicos, profissionais habilitados para aplicação das vacinas, nem responsável técnico para atendimento das exigências sanitárias aplicáveis. Ademais, a solução demandaria investimentos adicionais em infraestrutura, equipamentos de refrigeração, insumos, logística e pessoal especializado.

II – Reembolso individual aos beneficiários

Consistiria no ressarcimento dos valores despendidos pelos beneficiários em clínicas particulares de vacinação.

A alternativa foi considerada inadequada por dificultar o controle administrativo da execução da ação institucional de saúde, gerar elevado custo operacional para análise e processamento dos pedidos de reembolso, comprometer a uniformidade da campanha e dificultar a obtenção de indicadores consolidados de cobertura vacinal, além de não assegurar condições padronizadas de atendimento aos beneficiários.

III – Contratação segregada de fornecimento e aplicação das vacinas

Consistiria na realização de contratações distintas para aquisição das vacinas e para prestação dos serviços de aplicação.

Embora juridicamente possível, essa alternativa apresenta riscos operacionais relevantes, especialmente quanto à manutenção da cadeia de frio, transporte, armazenamento, rastreabilidade dos imunizantes e definição de responsabilidades em caso de perdas, falhas de conservação ou eventos adversos. Além disso, a existência de múltiplos contratos aumenta os custos de gestão e fiscalização da contratação.

IV – Contratação integrada de fornecimento e aplicação das vacinas

Consiste na contratação de empresa especializada responsável pelo fornecimento dos imunizantes, transporte, armazenamento, conservação, disponibilização de equipe técnica habilitada, aplicação das doses, registro das vacinações realizadas e gerenciamento integral da campanha.

A solução transfere à contratada a responsabilidade pela cadeia logística e sanitária dos imunizantes, reduz riscos operacionais, simplifica a gestão contratual, assegura maior controle dos resultados e permite a realização da vacinação nas dependências do MEC, proporcionando maior comodidade e adesão dos beneficiários.

Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a contratação integrada do fornecimento e da aplicação das vacinas representa a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa, por apresentar maior eficiência operacional, melhor controle sanitário, menor risco de execução e melhor relação custo-benefício para a Administração, sendo esta a alternativa adotada para a presente contratação.

O levantamento de mercado realizado demonstrou, ainda, que a contratação integrada do fornecimento da vacina com a aplicação (gesto vacinal) representa a solução mais eficiente e economicamente vantajosa para a Administração, considerando que:

- I – centraliza a responsabilidade pela logística, armazenamento, transporte e aplicação dos imunizantes;
- II – reduz riscos relacionados à conservação inadequada das vacinas e à quebra da cadeia de frio;
- III – assegura maior padronização e controle sanitário da execução dos serviços;
- IV – permite maior eficiência operacional na realização da campanha institucional de vacinação; e
- V – reduz impactos administrativos decorrentes da necessidade de contratações acessórias ou segregadas.

No levantamento realizado, foram identificadas empresas com capacidade operacional para execução de campanhas de vacinação corporativa de grande porte, incluindo aplicação simultânea de elevado quantitativo de doses em curto período, compatível com a necessidade institucional do MEC de aplicação mínima estimada de 500 (quinhentas) doses diárias.

Além disso, constatou-se que a solução adotada é amplamente utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, especialmente em campanhas preventivas de imunização ocupacional voltadas à promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Diante desse cenário, conclui-se que há competitividade e pluralidade de fornecedores aptos à execução do objeto, sendo viável a realização de procedimento competitivo para contratação da solução pretendida, observadas as especificações técnicas e sanitárias estabelecidas pela ANVISA para o exercício correspondente à aplicação das vacinas.

7. Descrição da solução como um todo

Condições de Fornecimento e Aplicação

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação das vacinas antigripais quadrivalentes, incluindo todos os materiais, insumos, equipamentos e profissionais necessários à execução dos serviços de imunização no âmbito do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF.

O objeto compreende o fornecimento e a aplicação das vacinas, incluindo todos os materiais necessários, tais como algodão, álcool, seringas descartáveis, luvas, caixas coletoras e demais produtos utilizados nas atividades de vacinação, bem como o armazenamento e acondicionamento adequado das vacinas, o descarte seguro de agulhas, seringas e resíduos decorrentes da execução dos serviços, observadas as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

As vacinas deverão possuir registro válido no Ministério da Saúde ou no órgão competente designado, bem como atender integralmente às exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA para o exercício correspondente à aplicação das doses.

As vacinas deverão ser acondicionadas em embalagens aprovadas pelo Ministério da Saúde, protegidas e transportadas em temperatura controlada entre 2°C e 8°C, em conformidade com as normas técnicas expedidas pelos órgãos de saúde e as especificações do fabricante.

No ato da aplicação, deverá ser fornecido comprovante individual de vacinação a cada beneficiário, contendo, no mínimo, o nome da vacina, data da aplicação, número do lote e identificação do estabelecimento responsável pela aplicação, bem como material informativo contendo as principais características da vacina, incluindo composição, eficácia, contraindicações e possíveis efeitos colaterais.

Quantidade Estimada

A quantidade total estimada para a contratação corresponde ao fornecimento e aplicação de até 3.000 (três mil) doses de vacina antigripal quadrivalente contra Influenza, destinadas à imunização dos servidores e colaboradores da ativa do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF.

O quantitativo efetivo de doses a serem disponibilizadas e aplicadas em cada dia da campanha de vacinação será definido pelo gestor do contrato na reunião inicial de alinhamento, ocasião em que será apresentado o cronograma de execução, a estimativa diária de atendimento e as orientações operacionais necessárias à adequada realização da campanha.

O pagamento à contratada será realizado conforme a quantidade efetivamente aplicada de vacinas, observados os registros nominais de vacinação, os controles de execução contratual, o atesto do gestor do contrato e as disposições constantes do Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

O público-alvo apto a receber a vacinação compreenderá:

- I – servidores públicos e empregados públicos ativos em exercício no Ministério da Educação – MEC;
- II – estagiários em exercício no órgão;
- III – consultores em exercício no âmbito do Ministério da Educação – MEC;
- IV – empregados terceirizados vinculados a contratos administrativos vigentes; e
- V – outros colaboradores e públicos definidos pela gestão do contrato, observada a disponibilidade de doses e o interesse da Administração.

Método e Estratégia de Fornecimento e Aplicação das Vacinas

Quanto ao Cronograma

Para a efetivação da campanha de vacinação, o Ministério da Educação – MEC estabelecerá cronograma específico para aplicação das vacinas.

Após a formalização contratual, o gestor do contrato realizará contato com a contratada para alinhamento do cronograma de aplicação das vacinas, definição dos locais de atendimento e quantitativos estimados por unidade.

O cronograma de aplicação estabelecerá a programação dos dias, horários e locais de vacinação, podendo ser alterado, antecipado ou adiado no interesse da Administração.

A campanha de vacinação será realizada prioritariamente no período compreendido entre os meses de abril e julho, em datas a serem definidas pela Administração, de segunda a sexta-feira, em horários previamente estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC, sem prejuízo de adequações operacionais e sanitárias necessárias à adequada execução dos serviços.

A contratada deverá garantir capacidade operacional compatível com a execução da campanha, assegurando a aplicação mínima de 500 (quinhentas) doses diárias, sem prejuízo da ampliação da capacidade de atendimento conforme necessidade da Administração.

Quanto às Vacinas

A contratada deverá transportar, armazenar, acondicionar e aplicar as vacinas de acordo com as normas de conservação estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos competentes, responsabilizando-se integralmente pela manutenção da cadeia de frio e pelas condições adequadas de conservação dos imunizantes até o momento da aplicação.

As vacinas deverão ser fornecidas devidamente acondicionadas, preservando-se sua qualidade, eficácia e validade, observados os padrões de biossegurança estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Quanto à Aplicação

A aplicação das vacinas deverá observar os padrões de assepsia e biossegurança definidos pela ANVISA e demais normas técnicas aplicáveis.

Os serviços deverão ser executados por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Profissionais, competindo à contratada orientar os beneficiários quanto às condições, uso, aplicabilidade e possíveis reações relacionadas à vacina.

Os locais onde serão realizadas as aplicações das doses vacinais serão definidos pelo Ministério da Educação – MEC e informados oportunamente à contratada.

Condições de execução

Até o segundo dia útil após a celebração do contrato, será realizada reunião de alinhamento com o gestor do contrato, a fim de estabelecer o cronograma de aplicação das vacinas

A aplicação das vacinas deverá ocorrer de forma prioritária e obrigatória nas instalações do Ministério da Educação – MEC localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco L e Anexos I e II. Distrito Federal, no formato de “Dia D”, em locais a serem indicados pela contratante na reunião de alinhamento.

O cronograma de aplicação das vacinas estabelecerá a programação dos dias da campanha, os horários e as quantidades estimadas de atendimento, conforme definição do Ministério da Educação – MEC.

A aplicação das vacinas será realizada em datas e horários previamente definidos, respeitado o horário de funcionamento das unidades nas quais ocorrerá a vacinação.

O prazo de realização da Campanha de Vacinação será de até 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por mais até 2 (dois) dias, mediante comum acordo entre as partes, caso haja necessidade operacional.

A data de realização da campanha poderá ser alterada, antecipada ou adiada, no interesse da Administração Pública, especialmente em razão de diretrizes sanitárias, disponibilidade das vacinas ou orientações expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais autoridades de saúde.

A vacinação estará condicionada à apresentação de crachá funcional, identidade funcional ou documento oficial com foto, devendo haver registro nominal das doses aplicadas e controle de atendimento a ser realizado pela contratada.

Poderá o Ministério da Educação – MEC alterar a forma de acompanhamento e controle das doses aplicadas, com vistas a assegurar maior transparência, rastreabilidade e controle da execução contratual.

De maneira complementar, a aplicação das vacinas poderá ocorrer em locais habilitados para vacinação disponibilizados pela contratada, mediante verificação de identidade funcional ou documento oficial com foto, bem como adoção de mecanismos de controle que assegurem o registro nominal das doses efetivamente aplicadas.

Os locais habilitados para vacinação disponibilizados pela contratada deverão ser informados ao contratante na primeira reunião de alinhamento, sem prejuízo do atendimento presencial nas dependências do Ministério da Educação – MEC.

Quanto ao gesto vacinal, caberá à contratada:

- Observar os padrões de assepsia e segurança sanitária estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA na aplicação das vacinas;

- Proceder à aplicação das vacinas por profissionais legalmente habilitados, observadas as normas técnicas e sanitárias vigentes;
- Orientar os beneficiários da vacinação acerca das condições, contraindicações, procedimentos, possíveis reações adversas e aplicabilidade da vacina;
- Controlar o quantitativo de doses aplicadas, mediante lista contendo nome completo do vacinado, CPF ou matrícula SIAPE, quando aplicável, bem como assinatura ou registro equivalente de comprovação do atendimento;
- Encaminhar ao gestor do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis após o encerramento da campanha, relatório consolidado contendo o quantitativo de doses aplicadas, bem como as listas de controle em formato eletrônico editável.

A contratada deverá garantir capacidade mínima de atendimento correspondente a 500 (quinhentas) doses diárias, de modo a assegurar a adequada execução da campanha de vacinação dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, observadas as condições operacionais, sanitárias e logísticas necessárias à prestação dos serviços.

A aplicação das doses da vacina ocorrerá sob demanda dos interessados habilitados ao recebimento da imunização.

A contratada deverá disponibilizar canal permanente de comunicação com o contratante, por meio de telefone, e-mail ou outro meio eletrônico apto ao acompanhamento da execução contratual.

Materiais a serem disponibilizados

Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e utensílios necessários à adequada execução do objeto, em quantitativos suficientes e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, promovendo sua substituição sempre que necessário.

São de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento das vacinas, cartões de vacinação, insumos, transporte, acondicionamento, conservação e aplicação das doses durante a realização da campanha de vacinação, conforme cronograma previamente definido pelo Ministério da Educação – MEC.

Quanto às vacinas, caberá à contratada:

- Transportar e armazenar as doses da vacina antigripal de acordo com as normas de conservação expedidas pelo Ministério da Saúde e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Manter equipamentos adequados para controle e monitoramento de temperatura, observados os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Ministério da Saúde e as especificações do fabricante;
- Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e aplicação das vacinas;
- Garantir a manutenção das vacinas em temperatura adequada à sua plena conservação durante o transporte e armazenamento, observando a faixa entre 2°C e 8°C ou outra definida pelo fabricante e pelas autoridades sanitárias competentes;
- Fornecer as vacinas devidamente acondicionadas, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas de biossegurança aplicáveis.

Quanto à documentação técnica, a contratada deverá:

- Apresentar, quando aplicável, autorização da vigilância sanitária competente para realização da vacinação fora do endereço constante da licença sanitária, especialmente quanto às condições de transporte, armazenamento e conservação das vacinas;
- Apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da campanha, Termo de Responsabilidade Técnica devidamente assinado pelo responsável técnico do estabelecimento;
- Apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da campanha, relação nominal da equipe responsável pela imunização, acompanhada dos respectivos comprovantes de registro nos Conselhos Profissionais competentes;
- Apresentar licença sanitária válida emitida pelo órgão competente de vigilância sanitária dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, comprovando autorização específica para atuação no fornecimento e aplicação de vacinas, nos termos da RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Submeter-se às normas de acesso, identificação e circulação vigentes nas dependências do Ministério da Educação – MEC.

A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados ou materiais empregados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

A contratada também será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato.

Pagamento:

O pagamento à contratada será realizado conforme a quantidade efetivamente aplicada de vacinas, observados os registros nominais de vacinação, os controles de execução contratual, o atesto do gestor do contrato e as disposições constantes do Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição do quantitativo foi realizada com base na força de trabalho atualmente vinculada ao Ministério da Educação e nos públicos elegíveis definidos pela Administração para participação na campanha de vacinação, conforme Documento de Formalização da Demanda nº 107/2026.

Para fins de dimensionamento da demanda, foram considerados 1.214 servidores, empregados públicos, ocupantes de cargos comissionados e servidores cedidos em exercício no MEC, 1.291 empregados terceirizados vinculados aos contratos administrativos vigentes e até 110 estagiários, considerando o contrato vigente e a ampliação prevista. Dessa forma, o público potencial diretamente identificado totaliza 2.615 pessoas.

Os quantitativos de servidores e empregados terceirizados foram obtidos a partir das informações oficiais divulgadas pelo Ministério da Educação em sua página de Acesso à Informação, disponíveis nos endereços: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/servidores> e <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/servidores/empregados-terceirizados>.

Registra-se que não foi possível identificar previamente o quantitativo exato de consultores que atuam presencialmente nas dependências do MEC, uma vez que a autorização para participação na campanha será realizada pelas respectivas Secretarias finalísticas, conforme a necessidade administrativa e a efetiva atuação presencial desses profissionais.

Da mesma forma, não foi possível mensurar com precisão os profissionais vinculados aos contratos executados por unidade de serviço, a exemplo dos contratos de suporte de tecnologia da informação, Contact Center e outros serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra, considerando que tais instrumentos não possuem controle nominal permanente dos profissionais que atuam presencialmente nas dependências do órgão.

Assim, embora o quantitativo diretamente identificado corresponda a 2.615 pessoas, a Administração adotou a estimativa máxima de até 3.000 (três mil) doses, considerando a possibilidade de participação de consultores autorizados pelas Secretarias do MEC, de colaboradores vinculados a contratos por unidade de serviço que atuam presencialmente nas dependências do órgão, a dinâmica da força de trabalho institucional e, principalmente, a experiência acumulada em campanhas de vacinação realizadas anteriormente no âmbito do Ministério da Educação, bem como as demandas apresentadas pelas unidades administrativas durante o planejamento da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa de até 3.000 (três mil) doses mostra-se compatível com o universo potencial de beneficiários da campanha institucional de vacinação, constituindo quantitativo máximo para fins de planejamento da contratação, sem representar obrigação de consumo integral pela Administração, uma vez que o pagamento ocorrerá exclusivamente pelas doses efetivamente aplicadas e devidamente comprovadas.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 221.400,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, observando os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e demais normativos aplicáveis.

Para fins de estimativa, foi adotado o valor mediano apurado na pesquisa de preços, correspondente a R\$ 73,80 (setenta e três reais e oitenta centavos) por dose, considerando o fornecimento da vacina quadrivalente contra Influenza, incluindo o gesto vacinal e todos os insumos necessários à execução dos serviços.

Dessa forma, considerando o quantitativo estimado de até 3.000 (três mil) doses, o valor total estimado da contratação corresponde a R\$ 221.400,00 (duzentos e vinte e um mil e quatrocentos reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO - VACINA	CATSER	UNID.	QUAnT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Fornecimento e aplicação (gesto vacinal) de doses da vacina antigripal quadrivalente, em suspensão injetável, contra Influenza – CEPAS 2026, de acordo com as orientações descritas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contendo obrigatoriamente as cepas definidas na regulamentação sanitária vigente para o exercício de aplicação da vacina.	25364	Unidade	3.000	R\$ 73,80	R\$ 221.400,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e aplicação (gesto vacinal) de vacinas antigripais quadrivalentes contra Influenza destinadas aos servidores e colaboradores da ativa do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF.

O não parcelamento da solução justifica-se pela necessidade de integração entre o fornecimento dos imunizantes e a execução do gesto vacinal por profissionais legalmente habilitados e capacitados, observadas as exigências sanitárias, técnicas e operacionais aplicáveis à atividade de vacinação.

A segregação do objeto em contratações distintas para fornecimento das vacinas e aplicação das doses poderia comprometer a adequada execução da campanha institucional de imunização, especialmente em razão da necessidade de manutenção da cadeia de frio, do controle sanitário dos imunizantes, da rastreabilidade das doses aplicadas e da responsabilidade técnica pela conservação, transporte, armazenamento e aplicação das vacinas.

Adicionalmente, o Ministério da Educação – MEC não dispõe, em seu quadro funcional profissionais da área de enfermagem aptos a executar diretamente os serviços de vacinação.

Cumprе destacar, ainda, que os serviços de vacinação demandam atuação de profissionais habilitados, observadas as disposições da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício da enfermagem e estabelece a necessidade de supervisão técnica adequada para execução das atividades relacionadas à imunização.

Sob o aspecto administrativo e gerencial, o parcelamento da solução também se mostra desvantajoso, uma vez que acarretaria aumento da complexidade da gestão contratual, ampliação dos riscos operacionais, dificuldades de coordenação entre fornecedores distintos e potencial comprometimento do cronograma da campanha de vacinação.

Além disso, a contratação integrada proporciona ganhos de escala, maior padronização da execução, racionalização administrativa e melhor definição de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência operacional e economicidade da contratação.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da solução mostra-se técnica e economicamente justificável, sendo a contratação integrada do fornecimento e aplicação das vacinas a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público e às necessidades do Ministério da Educação – MEC.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à viabilização da presente contratação.

A solução pretendida possui natureza autônoma e contempla, de forma integrada, o fornecimento das vacinas, o gesto vacinal, os insumos necessários, a equipe técnica especializada, o gerenciamento da cadeia de frio, o descarte dos resíduos gerados e os demais serviços acessórios indispensáveis à execução da campanha de vacinação institucional no âmbito do Ministério da Educação – MEC.

Eventuais ações administrativas de apoio, tais como definição de cronograma, disponibilização de espaços físicos e comunicação interna aos públicos elegíveis, constituem atividades ordinárias da Administração e não configuram contratações correlatas ou dependentes para fins de execução do objeto.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Ministério da Educação – MEC e está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA, em conformidade com o disposto no Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

O objeto da contratação consta regularmente registrado no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394445000101-0-000005/2026

II) Data de publicação no PNCP: 08/10/2025

III) Id do item no PCA: 432

IV) Classe/Grupo: 931 - SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA

V) Identificador da Futura Contratação: 150002-84/2026

A contratação mostra-se compatível com as diretrizes institucionais do Ministério da Educação – MEC, especialmente no que se refere à promoção da saúde ocupacional, qualidade de vida no ambiente de trabalho e implementação de ações preventivas voltadas à proteção da saúde dos servidores e colaboradores da ativa do órgão.

Adicionalmente, a solução está alinhada às ações previstas no Plano de Logística Sustentável – PLS do MEC, especialmente quanto à promoção do bem-estar organizacional, prevenção de doenças e observância das práticas de sustentabilidade ambiental aplicáveis ao gerenciamento dos resíduos decorrentes da execução dos serviços de vacinação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação da prestação de serviço continuado de fornecimento e aplicação de vacinas antigripais quadrivalentes contra Influenza proporcionará benefícios institucionais, operacionais e sanitários ao Ministério da Educação – MEC, especialmente no que se refere à promoção da saúde ocupacional e à prevenção de doenças respiratórias no ambiente de trabalho.

Dentre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

I – redução dos riscos de disseminação do vírus Influenza nas dependências do MEC, especialmente em ambientes compartilhados e de grande circulação de pessoas;

II – diminuição do absenteísmo decorrente de afastamentos médicos relacionados a doenças respiratórias e suas complicações;

III – promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida dos servidores e colaboradores da ativa do Ministério da Educação;

IV – redução dos impactos operacionais decorrentes de surtos sazonais de gripe no ambiente institucional;

V – fortalecimento das ações de prevenção e promoção da saúde no âmbito da Administração Pública;

VI – manutenção da continuidade e regularidade das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelo MEC;

VII – ampliação da proteção coletiva no ambiente de trabalho, considerando a imunização de servidores, empregados públicos, estagiários, terceirizados, consultores e demais colaboradores elegíveis; e

VIII – garantia de execução da campanha de vacinação em conformidade com as normas sanitárias e exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

Adicionalmente, a contratação integrada do fornecimento da vacina e da aplicação (gesto vacinal) permitirá maior eficiência operacional, padronização da execução dos serviços, racionalização administrativa e adequada responsabilização técnica da empresa contratada quanto ao armazenamento, transporte, conservação e aplicação dos imunizantes.

14. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas pela Administração referem-se à organização, coordenação e gestão da Campanha de Vacinação no âmbito do Ministério da Educação – MEC, incluindo o planejamento dos locais de aplicação, definição do cronograma de execução, divulgação interna da campanha e acompanhamento da execução contratual.

O Ministério da Educação – MEC dispõe de quadro técnico e administrativo apto a realizar a coordenação da demanda, especialmente no que se refere ao gerenciamento da campanha institucional de vacinação, fiscalização contratual, controle de público-alvo elegível e apoio logístico necessário à execução dos serviços.

Adicionalmente, caberá à Administração:

- I – definir os locais e datas de aplicação das vacinas;
- II – disponibilizar espaços adequados para realização da campanha de vacinação;
- III – promover a comunicação institucional junto aos públicos elegíveis;
- IV – acompanhar e fiscalizar a execução contratual; e
- V – validar os quantitativos efetivamente aplicados para fins de controle e pagamento.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais relacionados à presente contratação decorrem, principalmente, da geração de resíduos provenientes da atividade de vacinação, tais como seringas, agulhas, materiais perfurocortantes, embalagens e demais resíduos de serviços de saúde produzidos durante a execução da campanha de imunização.

O tratamento, acondicionamento, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos oriundos da vacinação serão de responsabilidade da contratada, que deverá observar integralmente a legislação ambiental e sanitária aplicável, especialmente as disposições da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, da Resolução RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018, e da Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005.

A contratada deverá adotar medidas destinadas à minimização dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual, garantindo o gerenciamento adequado dos resíduos de serviços de saúde e observando as normas de biossegurança, saúde pública e proteção ambiental aplicáveis ao objeto contratado.

Adicionalmente, a presente contratação observa as diretrizes de sustentabilidade previstas no Plano de Logística Sustentável – PLS do Ministério da Educação – MEC, especialmente no que se refere à gestão adequada de resíduos, à promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho e à adoção de práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade ambiental e responsabilidade socioambiental na Administração Pública.

Nesse contexto, a execução contratual deverá priorizar a correta destinação dos resíduos de serviços de saúde gerados durante a campanha de vacinação, a observância das normas de biossegurança e a minimização dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços, em consonância com os objetivos institucionais de sustentabilidade do MEC.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e mercadológico, considerando a necessidade institucional de implementação de campanha de vacinação antigripal destinada aos servidores e colaboradores da ativa do Ministério da Educação – MEC, em Brasília/DF.

Sob o aspecto técnico, verificou-se que a solução pretendida é amplamente disponibilizada no mercado por empresas especializadas na prestação de serviços de fornecimento e aplicação de vacinas, incluindo toda a estrutura necessária à execução da campanha de imunização, tais como equipe técnica habilitada, insumos, logística de transporte, armazenamento, manutenção da cadeia de frio e gerenciamento adequado dos resíduos gerados.

Do ponto de vista operacional, a contratação integrada do fornecimento da vacina com a aplicação (gesto vacinal) revela-se a alternativa mais adequada e eficiente para atendimento da demanda institucional, permitindo maior controle sanitário, padronização da execução, rastreabilidade das doses aplicadas e adequada responsabilização técnica da contratada.

A solução também se mostra viável sob a ótica administrativa e gerencial, considerando que o Ministério da Educação – MEC dispõe de estrutura técnica apta a coordenar e acompanhar a execução da campanha de vacinação, incluindo definição de cronograma, disponibilização dos espaços necessários, fiscalização contratual e controle dos quantitativos aplicados.

No aspecto econômico, a pesquisa de preços realizada demonstrou compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, evidenciando a existência de competitividade e pluralidade de fornecedores aptos à execução do objeto.

Adicionalmente, a contratação apresenta relevante benefício institucional, especialmente quanto à promoção da saúde ocupacional, redução de afastamentos relacionados a doenças respiratórias, mitigação dos riscos de disseminação do vírus Influenza no ambiente laboral e manutenção da continuidade das atividades administrativas do MEC.

A contratação também observa as diretrizes de sustentabilidade previstas no Plano de Logística Sustentável – PLS do Ministério da Educação – MEC, especialmente no que se refere à adequada gestão dos resíduos de serviços de saúde, à observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis e à promoção de ações voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Dessa forma, esta equipe de planejamento conclui pela viabilidade da contratação pretendida, nos termos do inciso XIII do art. 9º da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, por atender adequadamente ao interesse público e às necessidades institucionais do Ministério da Educação – MEC.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WALESKA RESENDE GONCALVES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 12:12:33.

MONICA DE OLIVEIRA LIMA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/06/2026 às 16:24:47.

ESROM GONCALVES RODRIGUES

Membro da comissão de contratação